



Secretaria de Estado da Saúde  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

1

PROCESSO Nº 001.0258.01708/2008  
PREGÃO ELETRONICO N.º 212/ 2009  
CONTRATO Nº 046 / 2009

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DO HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO, da CSS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E A EMPRESA **WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS LTDA-EPP** PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIAS E EDIFÍCIOS COM A EFETIVA COBERTURA DOS POSTOS DESIGNADOS, PARA ESTA UNIDADE HOSPITALAR.

Ao 01 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, na cidade de Santos, compareceram as partes, de um lado o HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO, CNPJ 46.374.500/0016-70, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Diretor Técnico de Departamento de Saúde **Dr. Alberto Bedulatti Cardoso**, RG 6.068.305, no uso da competência conferida pela Resolução SS-258, de 28.08.96, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS LTDA-EPP**, com sede na Rua Reverendo Coriolano, nº 1300 – Vila Residencial – Presidente Prudente/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do ministério da Fazenda sob o nº 56.419.492/0001-09, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu sócio-proprietário Sr. Marcos José Dias CPF nº 069.883.658-85, RG nº 18.050.539-7, e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da adjudicação efetuada na licitação Modalidade Pregão Eletrônico n.º 212/2009, conforme despacho exarado às fls. \_\_\_\_\_ do Processo nº 001.0258.01708/08, pelo presente instrumento avençam um contrato de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE, OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PORTARIAS E EDIFÍCIOS COM A EFETIVA COBERTURA DOS POSTOS DESIGNADOS, PARA ESTA UNIDADE HOSPITALAR, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de Junho de 2005, pelo regulamento anexo a Resolução nº CC-27, de 25/05/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive a Resolução nº SS-26, de 09/02/90, e as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios com a efetiva cobertura dos postos designados, para uso nesta Unidade Hospitalar, de acordo com as especificações constantes no Projeto Básico, que integrou o Edital de Licitação nº 212/2009, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo nº 001.0258.01708/08.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.



## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O objeto deste contrato deverá ser executado no Hospital Guilherme Álvaro, sito à Rua Dr. Oswaldo Cruz, 197 – Boqueirão – Santos - SP, correndo por conta da contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto, em conformidade com o estabelecido no Projeto Básico - Anexo I, do edital da licitação indicada no preâmbulo deste instrumento.

## **PARÁGRAFO ÚNICO**

A execução dos serviços deverá ter início em até 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura deste contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, pelo valor mensal de R\$ 25.166,30 (Vinte e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e trinta centavos), constante de sua proposta comercial, no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza. Os preços para reajuste estão referidos ao mês de fevereiro/2009.

## **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Em conformidade com a legislação vigente e, em especial com o estabelecido no art. 4º do Decreto Estadual nº 48.326, de 12/12/2003, os preços devidos pela Contratada, serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, observada a fórmula paramétrica preceituada no parágrafo 5º, do art. 1º, da Resolução CC-79 de 12/12/2003.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**



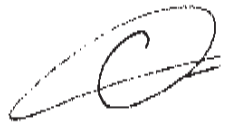

A periodicidade anual de que trata o parágrafo anterior será contado a partir do mês de fevereiro de 2009, tendo em vista ser este o mês da data base da categoria profissional predominante na execução dos serviços, e que será considerado o mês de referência dos preços.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES**

O contrato terá vigência de 15 (quinze) meses, contados a partir da data da assinatura, com início em 01/09/2009 e término em 30/11/2010.

## **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O prazo mencionado no caput poderá ser prorrogado por igual (is) e sucessivo (s) período (s), a critério do CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.





## PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do CONTRATO, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

Não obstante o prazo estipulado no caput, a vigência contratual nos exercícios subseqüentes ao da assinatura do pacto, estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

## PARÁGRAFO QUARTO

Ocorrendo a resolução do CONTRATO com base na condição estipulada no parágrafo anterior, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## PARÁGRAFO QUINTO

A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração, não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

## PARÁGRAFO SEXTO

Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo a este CONTRATO, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS

O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 377.494,50 (Trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos) sendo R\$ 100.665,20 (Cem mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos) referente ao exercício de 2009 e R\$ 276.829,30 (Duzentos e setenta e seis reais, oitocentos e vinte e nove centavos e trinta centavos) referente ao exercício de 2010. No presente exercício o valor onerará o subelemento econômico nº 309037-99, devendo o restante onerar recursos orçamentários futuros, se efetivamente consignados valores a esse título.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes no Projeto Básico, daquelas estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

II - Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) com poderes para atendimento de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

III - Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se pelas prescrições e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.



4

*Secretaria do Estado da Saúde*  
**COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE**  
**HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO**

**IV** - Obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho a toda a legislação vigente e, em especial, às determinações da Lei Federal 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além das normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, das normas de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho aplicáveis à execução específica da atividade, apresentando, quando solicitado, cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e de Prevenção dos Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras nº 07 e 09, respectivamente da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SEESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento da legislação em vigor.

**V** - Apresentar ao CONTRATANTE, quando exigido, comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que prestam ou tenham prestado serviço ao CONTRATANTE, por força deste contrato.

**VI** - Fornecer vale-refeição a seus empregados, sem nenhum ônus para esses e para o CONTRATANTE.

**VII** - Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.

**VIII** - Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços.

**IX** - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

**X** - Manter pessoal em número suficiente, de forma a cumprir as obrigações assumidas.

**XI** - Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados.

**XII** - Manter a disciplina entre os seus empregados, aos quais será expressamente vedado o uso de qualquer bebida alcoólica, bem como, durante a jornada de trabalho, desviar a atenção do serviço.

**XIII** - Substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo de 01 (um) dia, contado da solicitação formulada pelo CONTRATANTE.

**XIV** - Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o por meio de crachás, com fotografia recente, e fornecendo-lhe os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.

**XV** - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE, de acordo com as normas vigentes instituídas pela CIPA.

**XVI** - Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

**XVII** - Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.





5

*Secretaria do Estado da Saúde*  
**COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE**  
**HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO**

**XVIII** - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

**XIX** - Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do órgão e respeitando suas normas de conduta.

**XX** - Fornecer todo equipamento de higiene e segurança do trabalho aos seus empregados no exercício de suas funções.

**XXI** - Responder ao CONTRATANTE pelos danos ou avarias causados por seus empregados e encarregados ao patrimônio do CONTRATANTE, especialmente em equipamentos, materiais e pela desconexão de aparelhos eletro-eletrônicos, decorrentes de sua culpa ou dolo no exercício de suas atividades.

**XXII** - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, dissídios coletivos, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como pelo cumprimento das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho, resultantes da execução deste contrato, sem a transferência de qualquer ônus ao CONTRATANTE.

**XXIII** - Prestar os serviços de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica e pela legislação.

**XXIV** - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

**XXV** - Proporcionar aos seus empregados as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes uniformes na conformidade com as exigências legais, os equipamentos e materiais tais como lanterna e pilhas, livros de capa dura numerados tipograficamente, para registro de ocorrências e outros necessários ao bom desempenho e controle de tarefas afins

**XXVI** - Manter equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade necessária à boa execução dos trabalhos. Os equipamentos e utensílios danificados devem ser substituídos em 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.

**XXVII** - Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à contratada otimizar a gestão de seus recursos - quer humanos quer materiais - com vistas a qualidade dos serviços, à satisfação da Contratante. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

**CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, o CONTRATANTE obriga-se a:

**I** - Indicar formalmente o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual.

**II** - Expedir Autorização de Serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data de início da execução dos mesmos, com indicação do local em que o serviço deverá ser executado.

**III** - Exercer a fiscalização dos serviços, notificando imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.



*Secretaria de Estado da Saúde*  
**COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE**  
**HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO**

6

facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

V- Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços contratados.

VI - Assegurar o livre acesso da mão de obra da Contratada; desde que devidamente identificadas, a todos os locais onde se fizerem necessários seus serviços, bem como, promover o bom relacionamento em equipe.

VII - Ordenar através de seus prepostos, a imediata retirada do local, bem como substituição de qualquer mão de obra da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

VIII - Solicitar à Contratada a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso, considere prejudicial a boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam as necessidades na sua utilização.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

1. Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.

2. As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

I - No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

II - O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valor, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

III - Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

- a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviço não aceitas e glosadas pela CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA.
- b) A realização dos descontos indicados na alínea "a" não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, por conta da não execução dos serviços.

IV - Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando à CONTRATADA, no prazo de 03 dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

V - As faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, e apresentadas na Diretoria do Serviço de Atividades Auxiliares do Hospital Guilherme Álvaro, na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 197 - Boqueirão - Santos - SP.



## CLÁUSULA NONA – DO FATURAMENTO E DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão de obra alocada para esse fim.
2. Por ocasião da apresentação à CONTRATANTE da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.
  - 2.1. As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (CONTRATANTE) são:
    - Protocolo de envio de arquivos, emitido pelo Conectividade Social;
    - Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, gerada e impressa pelo SEFIP após a transmissão do arquivo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
    - Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;
    - Relação de Tomadores/Obras – RET.
  - 2.2. A não apresentação dessas comprovações assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.
3. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é devido no município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar no. 116, de 31.07.03.
  - 3.1. - Para os serviços prestados no município de Santos, conforme Lei Complementar nº 482 de 30 de dezembro de 2003, alterada pela Lei Complementar nº 513 de 31 de Dezembro de 2004, o CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, **deverá reter a quantia correspondente a 3% (três por cento)** do valor da nota fiscal/fatura, ou documento de cobrança equivalente apresentado pela CONTRATADA. O recolhimento da importância retida deverá ser feito pelo CONTRATANTE até o dia (10) do mês seguinte ao pagamento.
  - 3.2. Por ocasião da apresentação à CONTRATANTE da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISSQN, por meio de cópia autenticada da guia de recolhimento correspondente aos serviços executados e deverá estar referenciada à data de emissão da nota fiscal, fatura ou do documento de cobrança equivalente.
4. Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS e do ISSQN, quando for o caso, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
  - 4.1. A não apresentação dessas comprovações assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.
5. Nos termos do artigo 31 da Lei Federal no. 8212, de 24.07.91, alterado pela Lei Federal no. 9711, de 20.11.98, e Instrução Normativa MPS/SRP no. 3, de 14 de julho de 2005, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente; obrigando-se a recolher em nome da CONTRATADA, a importância retida até o dia vinte do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia.
  - 5.1. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança





Secretaria de Estado da Saúde  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

8

equivalente a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL".

- a) Poderão ser deduzidos da base de cálculos da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela CONTRATADA a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.
- b) A falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança, impossibilitará a CONTRATADA a efetuar sua compensação com o INSS, ficando a critério da CONTRATANTE proceder à retenção/recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança ou devolvê-lo à CONTRATADA.

5.2. A CONTRATANTE emitirá uma GPS – Guia de Previdência Social específica para cada CONTRATADA. Na hipótese de emissão no mesmo mês, de mais de um documento de cobrança pela CONTRATADA, a CONTRATANTE se reserva o direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma Única Guia, por estabelecimento.

5.3. Quando da apresentação do documento de cobrança, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar à CONTRATANTE cópia da:

a) Folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

- Nomes dos segurados;
- Cargo ou função;
- Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
- Descontos legais;
- Quantidade de quotas e valor pago a título de salário-família;
- Totalização por rubrica e geral;
- Resumo geral consolidado da folha de pagamento; e

b) Demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por CONTRATANTE, com as seguintes informações:

- Nome e CNPJ da CONTRATANTE;
- Data de emissão do documento de cobrança;
- Número do documento de cobrança;
- Valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança.
- Totalização dos valores e sua consolidação.

c) Os documentos solicitados em a) e b) anteriores deverão ser entregues à CONTRATANTE na mesma oportunidade da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

6. Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco Nossa Caixa S/A, conta no. 04-000335-3 Agencia no. 1320-0, sendo que a data de exigibilidade do referido pagamento será estabelecida, observadas as seguintes condições:

- a) em 30 dias, contados da respectiva medição, desde que a correspondente fatura, acompanhada dos documentos referidos no item 2 desta Cláusula, seja protocolada na Seção competente no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento da comunicação de que trata o inciso IV da cláusula anterior;
- b) a não observância do prazo previsto para apresentação das faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que correspondem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

7. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/89, bem como juros moratórios, estes à razão de 0,5% (meio por





contas) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, através da Diretoria Técnica de Serviços de Atividades Auxiliares, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica e podendo ainda, ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou de cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente. A fiscalização da CONTRATANTE terá livre acesso aos locais de execução do serviço.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exclui, nem reduz a completa responsabilidade da CONTRATADA pela inobservância de qualquer obrigação assumida.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA prestou garantia sob a modalidade Seguro-Garantia, no valor de R\$ 18.874,73 (Dezoito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e setenta e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em conformidade com o disposto no artigo 56 da Lei Federal no. 8.666/93.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A garantia prestada deverá vigorar por prazo igual ao de vigência do presente contrato, sendo que, em caso de alteração contratual, a CONTRATADA deverá promover a complementação do respectivo valor, bem como, de sua validade, se for o caso, de modo a que o valor da garantia corresponda ao percentual fixado no caput, facultada a substituição por qualquer das outras modalidades elencadas no parágrafo 1º do artigo 56, da Lei Federal no. 8.666/93.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTRATANTE fica desde já, autorizada pela CONTRATADA a promover, perante a entidade responsável pela garantia o levantamento do valor devido em decorrência da aplicação da penalidade de multa, na hipótese de não existir pagamento pendente em valor suficiente para quitar o débito, nos termos do parágrafo 1º da cláusula décima terceira deste contrato.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Verificada a hipótese do parágrafo 2º e não rescindido o contrato, a CONTRATADA fica obrigada a proceder ao reforço da garantia, no valor correspondente ao levantamento feito, no prazo de 05 (cinco) dias, contados após a notificação do respectivo abatimento, sob pena de suspensão dos pagamentos subsequentes.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme dispõe o artigo 56, parágrafo 4º da Lei Federal no. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

É defeso à CONTRATADA a subcontratação total ou parcial do OBJETO deste contrato, bem como sua cessão ou transferência, total ou parcial.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente Contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

Ficará impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Estadual, por até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos ou omissões referidas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c/c o artigo 14 do Decreto Estadual no. 49.722, de 24 de junho de 2005.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A sanção de que trata o "caput" desta cláusula será aplicada sem prejuízo das multas previstas na Resolução SS-26, de 09 de fevereiro de 1990 e das demais cominações legais, garantida a defesa prévia, devendo ser registrada no endereço eletrônico [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br), pela autoridade responsável pela sua aplicação, migrando automaticamente para o CAUFESP nos termos do art. 26 do Regulamento anexo ao Decreto Estadual no. 52.205, de 27 de setembro de 2007, e também nos sistemas mantidos pela Administração Autárquica.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE**

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 75 a 82 da Lei Estadual nº 6.544/89 e artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, e no artigo 77 da Lei Estadual nº 6.544/89.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica ajustado, ainda, que:

I - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos :



Secretaria de Estado da Saúde  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

11

- a) o Edital do Pregão Eletrônico n.º 212/ 2009 , e seu anexos;
- b) a proposta apresentada pela CONTRATADA.

II - Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de Junho de 2005, regulamento anexo à Resolução nº CC-27, de 25/05/2006, Decreto Estadual no. 52.205, de 27 de setembro de 2007, Decreto estadual nº 47.297 de 06 de novembro de 2002; Resolução CEGP-10 de 19 de Novembro de 2002; Lei Federal nº 866 de 23 de Junho de 1993; Lei estadual nº 6.544 de 22 de Novembro de 1989, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

III - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Santos, 01 de Setembro de 2009.

CONTRATANTE:

Dr. Alberto Bedulatti Cardoso  
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

CONTRATADA:

Marcos José Dias  
WORKS Construção & Serviços Ltda-EPP.

TESTEMUNHAS:

Magali Lara da Silva

Neusa Barros dos Santos



## **PROJETO BÁSICO**

### **1. OBJETO**

Prestação de serviço de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, com a efetiva cobertura dos postos designados, conforme tabela de locais, descritos no Item 6.

### **DEFINIÇÃO DOS POSTOS**

Os serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios caracterizam-se pela efetiva cobertura daqueles postos designados pelos órgãos da administração, de cujas atividades a serem desenvolvidas não se confundem com aquelas que somente podem ser desempenhadas por profissionais regidos e regulamentados por legislação específica, quais sejam Lei nº. 7102, de 20.06.83, alterada pelas Leis nº. 8863, de 28.03.94 e 9017, de 30.03.95, regulamentadas pelo Decreto nº. 89.056, de 24.11.83, alterado pelo Decreto nº. 1592, de 10.08.95.

### **2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**2.1** – Os serviços serão desenvolvidos no endereço da Contratante à Rua Osvaldo Cruz nº 197 - Boqueirão - Santos, de acordo com a Tabela constante no Item 6.

**2.2** – A prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, nos postos fixados pela Contratante, envolve a alocação, pela Contratada, de empregados capacitados para:

**2.2.1** – Assumir o posto, devidamente uniformizados e com aparência pessoal adequada;

**2.2.2** – Comunicar imediatamente à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**2.2.3** – Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental, Cetesb, dos responsáveis pela Administração da instalação e outros de interesse;

**2.2.4** – Operar equipamentos de controle de acesso, inclusive em meios eletrônicos;

**2.2.5** – Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

**2.2.6** – Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionarem seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre, os portões fechados;

**2.2.7** – Fiscalizar a entrada e saída de materiais, mediante conferência das Notas Fiscais ou de controles próprios da Contratante;

**2.2.8** – Controlar a entrada e saída de veículos, empregados e visitantes, após o término de cada expediente de trabalho, inclusive feriados e finais de semana, de acordo com determinações da Contratante;

**2.2.9** – Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Contratante;





**2.2.10** – Fiscalizar e orientar o trânsito interno de empregados, visitantes ou pessoas, bem como dos estacionamentos de veículos anotando eventuais irregularidades e comunicando à Contratante;

**2.2.11** – Colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança;

**2.2.12** – Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

**2.2.13** – Registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;

**2.2.14** – Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres;

**2.2.15** – Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros;

**2.2.16** – Comunicar à Contratante a presença de aglomerações de pessoas junto ao posto;

**2.2.17** – Repassar para o(s) portelro(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;

**2.3** – A contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela Contratante, com atendimento sempre cortês aos funcionários e às pessoas em geral que se façam presentes;

**2.4** – Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos- quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços à satisfação da Contratante. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução;

### **3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**Para a prestação dos serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, cabe à Contratada:**

**3.1** – Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início de serviços, os respectivos postos relacionados no anexo “Tabela de Locais” e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Contratante;

**3.2** – Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**3.3** – Disponibilizar empregados em quantidade necessária que irão prestar serviços, uniformizados e portando crachá com foto recente e devidamente registrada em sua carteira de trabalho;

**3.4** – Fornecer empregados qualificados em serviços de controle, operação e fiscalização de portarias, digitação e operação de sistemas de controle de acesso, equipamentos de proteção;



Secretaria de Estado da Saúde  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

14

preenchimento de fichas e relatórios de atividades e ocorrências, controle de veículos e pessoas, com experiência mínima de 01 (um) ano na função;

**3.5** – Capacitar e treinar a mão-de-obra a ser alocada nos postos contratados com conhecimentos para operação em sistemas de controle de acesso, inclusive aqueles dotados por tecnologia de Informação;

**3.6** – Fornecer empregados com instrução mínima de primeiro grau ou equivalente, comprovado por escola reconhecida;

**3.7** – Fornecer mão-de-obra com aparência e porte adequados ao desenvolvimento dos trabalhos, bem como orientar os funcionários que estes assumam diariamente os postos devidamente uniformizados, portando crachás com fotografia recente, e com aparência pessoal adequada;

**3.8** – Tomar as providências relativas aos treinamentos necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

**3.9** – Efetuar a reposição da mão-de-obra nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobro)

**3.10** – Manter controle de frequência/pontualidade, de seus empregados, sob contrato;

**3.11** – Fornecer uniformes social e complementos adequados, conforme abaixo descrito, para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação da Contratante, sem ônus para os empregados;

- Calça social e/ou saia
- Camisa e/ou blusa social de mangas compridas e curtas
- Blazer social
- Lenço feminino
- Gravata
- Meia
- Sapatos
- Capa de chuva
- Crachá de identificação com foto
- Livro de ocorrência
- Lanterna e pilhas
- Rádio de Intercomunicação (HT) – 01 (um) para cada portelro.

**3.12** – Disponibilizar empregados em quantidade necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

**3.13** – Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido no posto ou quaisquer outras instalações da Contratante;

**3.14** – Atender, de imediato, as solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

**3.15** – Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos postos;

**3.16** – Apresentar, quando solicitados, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos;

**3.17** – Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale refeição aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços;



Garantir que os veículos eventualmente envolvidos na execução dos serviços sejam movidos por fontes de energia que causem o menor impacto ambiental (álcool ou gás natural veicular - GNV ou elétrico);

**3.19-** Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de Incêndio nas áreas da Contratante.

#### **4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 4.1.** Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela contratada;
- 4.2.** Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;
- 4.3.** Indicar, formalmente, o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;
- 4.4.** Expedir Autorização de Serviços, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de início da execução dos mesmos;
- 4.5.** Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;
- 4.6.** Indicar instalações sanitárias;
- 4.7.** Indicar vestiários com armários guarda-roupas.

#### **5. FISCALIZAÇÃO / CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 5.1.** A fiscalização da Contratante terá livre acesso aos locais de execução do serviço;
- 5.2.** A Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também:
  - 5.2.1** Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela Contratada, efetivando avaliação periódica;
- 5.3.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou de cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- 5.4.** Executar mensalmente a medição dos serviços pela quantidade de postos dia efetivamente cobertos, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em Contrato.

#### **6. TABELA DE LOCAIS**

Os serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios serão prestados nas dependências das instalações da Contratante, conforme tabela de locais - Anexo II.



Secretaria de Estado da Saúde  
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE  
HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

16

**TABELA DE LOCAIS**

Os serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios serão prestados nas dependências das instalações da Contratante, conforme tabela de locais abaixo :

**LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS**

ITEM	LOCAL	Nº. DE POSTOS	REGIME E PERÍODO
01	PORTARIA - I (GUARITA, ENTRADA DE VEÍCULOS, ENTRADA DE FUNCIONÁRIOS E DEMAIS USUÁRIOS)	03 (TRÊS)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO
02	PORTARIA - I (VISITAS)	02 (DOIS)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO
03	AMBULATÓRIO - TÉRREO (ENTRADA CANAL 04)	01 (HUM)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA
04	PRONTO SOCORRO (ENTRADA-CANAL 4)	01 (HUM)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO
05	PAVILHÃO IV (TÉRREO/SAGUÃO)	01 (HUM)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO
06	C.T.M.C. (ENTRADA CANAL IV)	01 (HUM)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA
07	PAVILHÃO V (PEDIATRIA)	01 (HUM)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO
08	PORTARIA II (PORTA DE VIDRO)	01 (HUM)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO
09	PORTARIA III (ENTRADA EXCLUSIVA DE FUNCIONÁRIOS)	01 (HUM)	12 (DOZE) HORAS DIURNAS DE SEGUNDA- FEIRA A DOMINGO

*[Handwritten signatures and initials]*